

O Boletim Informativo da Divisão de Biblioteca tem por objetivo trazer informações seletivas institucionais, jurídicas e culturais.

Desejamos a todos uma boa leitura!

*Divisão de Biblioteca
Equipe:*

*Elaine Ribeiro
Felicidade de Fátima
Josiane Neves
Lanalucia Figueiredo*

Contato: 3205-3351/3325

*E-mail: biblioteca@tjpa.jus.br
Facebook: [bibliotecaTJPA](https://www.facebook.com/bibliotecaTJPA)*

*Visite nossa página:
[http://portalinterno/PortalInterno/
/i nstitucional/Biblioteca/13235-
Acontece.xhtml](http://portalinterno/PortalInterno/i%20nstitucional/Biblioteca/13235-Acontece.xhtml)*

INSTITUCIONAL

Normas selecionadas do **Diário da Justiça** no período de **02 a 31 de outubro**, para cadastro na base da Biblioteca:

Resolução nº 23, de 11 de outubro de 2017- Dispõe sobre a **prorrogação do prazo** disposto no art. 1º da Resolução nº 02 de 18/01/2017 que alterou o art. 2º da Resolução nº 34 de 14/12/2016.

Provimento nº 04/2017 –CJCI - Dispõe sobre a realização conjunta do **plantão judiciário** durante o **recesso forense** de fim de ano nas comarcas de Marabá, Itupiranga e São João do Araguaia

Portaria nº 4682/2017-GP, de 02 de outubro de 2017 - Autoriza a execução do **Projeto “Plano estratégico estruturante de direitos humanos”**, cujo objetivo é aplicar boas práticas no âmbito interno e externo da proteção dos Direitos Humanos, pautada pelos órgãos das Nações Unidas e pelos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Portaria nº 4698/2017-GP, de 02 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a **implantação** do **Assentamento Funcional Digital** no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Portaria nº 4748/2017-GP, de 06 de outubro de 2017 - Determina a **suspensão** do **expediente** das unidades administrativas e judiciárias, a partir das 12h, no dia **06 de outubro de 2017**, em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

Portaria nº 4836/2017-GP, de 11 de outubro de 2017 - Determina, em caráter excepcional, que no serviço de **Plantão Judiciário** do Poder Judiciário do Estado do Pará, **a ser realizado** nos **dias 4 e 5 de novembro de 2017**, as petições e documentos sejam protocolizados manualmente, sendo obrigatória a posterior inclusão no sistema, cadastrando-se a data e hora do efetivo recebimento, assim que reestabelecida a disponibilidade, momento em que se considerará realizado o protocolo na data e hora informada.

Portaria nº 4838/2017-GP, de 11 de outubro de 2017 - Declara, em caráter excepcional, **ponto facultativo** no **dia 3 de novembro de 2017** com a consequente suspensão do expediente interno das unidades administrativas e judiciárias, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

Portaria nº 4855/2017-GP, 13 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a **Semana do Impulso e Aceleração Processual** em especial Cumprimento de atos de Secretaria que antecedem o de baixa em todas as Varas/Comarcas do Poder Judiciário do Estado do Pará

Legislação Seleccionada

Cont. INSTITUCIONAL

Portaria nº 4891/2017-GP, 17 de outubro de 2017 - Autoriza a execução do **Projeto "Chá literário"**, cujo objetivo é incentivar o hábito da leitura por meio da apresentação de obras literárias de forma dinâmica, a fim de estimular essa prática e promover um ambiente de trabalho mais saudável.

Portaria nº 4959/2017-GP, 24 de outubro de 2017 - Dispõe sobre ações para o **recebimento e a recuperação das receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário** oriundas dos cartórios extrajudiciais, e dá outras providências.

Portaria nº 4960/2017-GP, 24 de outubro de 2017 - Institui o Selo Pará de Conciliação nas categorias bronze, prata e ouro, que será concedido por ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Portaria Conjunta nº004/2017-GP/CJRMB/CJCI - Altera a Portaria Conjunta 001/2016-GP/CJRMB/CJCI, que dispõe sobre o repasse dos valores da antecipação das **despesas das diligências dos oficiais de justiça** previstas na Tabela de Taxas Judiciárias, Custas Judiciais e Despesas Processuais da Lei de Custas.

FEDERAL

Lei nº 13.486, de 3 de outubro de 2017 - Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre os deveres do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços e de informar, quando for o caso, sobre o risco de contaminação. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017 - Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017 - Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.489, de 6 de outubro de 2017 - Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 - Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.490, de 10 de outubro de 2017 - Altera o art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre doações às universidades. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017 - Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.497, de 26 de outubro de 2017 - Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito no rol dos crimes hediondos. [Clique aqui](#)

Lei nº 13.498, de 26 de outubro de 2017 - Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que, após os idosos, os professores tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda da pessoa física. [Clique aqui](#)

ESTADUAL

Lei nº 8.535, de 28 de setembro de 2017 - Institui o dia estadual de conscientização e orientação sobre o câncer de estômago no Estado do Pará, a realizar-se, anualmente, no dia 28 de setembro. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.542, de 29 de setembro de 2017 - Institui o Conselho estadual de trabalho, emprego e renda do Estado do Pará - CETERPA. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.543, de 29 de setembro de 2017 - Dispõe sobre a temporalidade de documentos públicos do Estado do Pará e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.548, de 9 de outubro de 2017 - Altera a redação e acresce dispositivos à Lei nº 5.674, de 21 de outubro de 1991, que dispõe sobre o fundo de desenvolvimento econômico do Estado do Pará - FDE, à Lei nº 7.774, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação do Núcleo de gerenciamento do programa de microcrédito – CREDCIDADÃO, e dá outras providências, e à Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da administração pública do Poder Executivo Estadual. [Clique aqui](#)

Lei nº 8.549, de 9 de outubro de 2017 - Dispõe sobre a atualização do valor das funções gratificadas, dos vencimentos e dos proventos dos servidores, ativos e inativos, e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.869, de 16 de outubro de 2017 - Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.874, de 19 de outubro de 2017 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.876, de 19 de outubro de 2017 - Homologa a Resolução nº 001, de 3 de agosto de 2017, do Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Pará. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.875, de 19 de outubro de 2017 - Altera o Decreto nº 2.395, de 23 de agosto de 2006, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.879, de 25 de outubro de 2017 - Ativa, denomina e determina circunscrição de Unidades Operacionais de Polícia Ostensiva na Polícia Militar do Pará, bem como altera e revoga dispositivos do Decreto nº 1.017, de 4 de abril de 2014, e do Decreto 1.824, de 28 de agosto de 2017, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Decreto nº 1.880, de 25 de outubro de 2017 - Ativa, denomina e determina circunscrição de Comando Operacional Intermediário na Polícia Militar do Pará, bem como altera e revoga dispositivos do Decreto nº 1.017, de 4 de abril de 2014, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

MUNICIPAL

Decreto Municipal nº 89.713-PMB, de 06 de setembro de 2017 - Institui a carteira de identificação funcional dos integrantes da Guarda Municipal de Belém – GMB, estabelece procedimentos para a sua confecção, fornecimento, expedição, distribuição, uso, controle e registro, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Lei nº 9.336 de 13 de outubro de 2017 - Altera a Lei nº 8.790, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece a segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belém - RPPS, e dá outras providências. [Clique aqui](#)

Notícias Seleccionadas

STF

Ação pede suspensão de portaria ministerial que altera regras de combate ao trabalho escravo. [Leia mais](#)

Questionada lei distrital que fixa tolerância de 30 minutos para saída de estacionamento. [Leia mais](#)

Confederação questiona fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. [Leia mais](#)

STF reafirma jurisprudência sobre critérios para aposentadoria especial de professor. [Leia mais](#)

Suspensas decisões que exigem negociação para dispensa de empregados públicos no RS. [Leia mais](#)

STJ

Não compete ao Ministério Público a função de curadoria especial de interditando. [Leia mais](#)

Foro competente para julgar ação de guarda é o que melhor atenda ao interesse da criança. [Leia mais](#)

Na dissolução de união estável, é possível partilha de direitos sobre imóvel construído em terreno de terceiros. [Leia mais](#)

Gravidez não justifica remarcação de teste físico em concurso público. [Leia mais](#)

Idosa consegue o direito de administrar sua parte em conta conjunta bloqueada. [Leia mais](#)

MPPA

Instituições propõem termo de cooperação para fiscalização sanitária de embarcações. [Leia mais](#)

GT da telefonia do MPPA reúne com representantes da operadora Tim. [Leia mais](#)

TRIBUNAIS ESTADUAIS

TJRS

Entregar o filho para adoção não é crime. É direito legal da mulher. [Leia mais](#)

TJSC

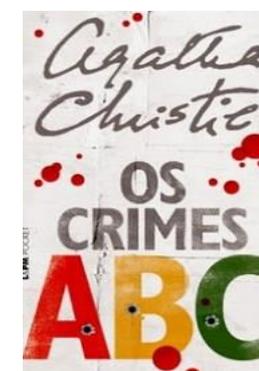
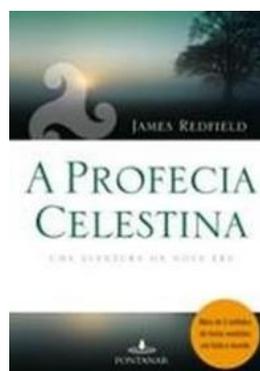
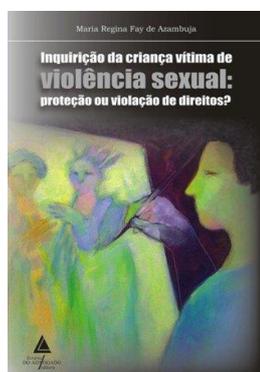
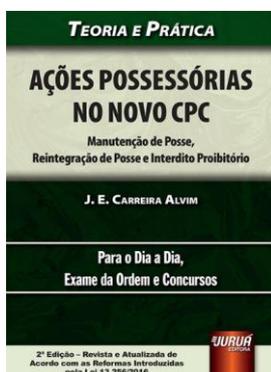
Irmãs vítimas de maus-tratos por casal adotante têm direito a dano moral e pensão. [Leia mais](#)

TJES

Passageiro deve ser indenizado por Viação após realizar parte de viagem intermunicipal em pé. [Leia mais](#)

Obras disponíveis no acervo da Biblioteca

Acervo jurídico



Acervo Base Digitais

A Biblioteca disponibiliza as seguintes Bases Digitais



Acesse o Portal Interno, Clique no site da [Biblioteca](#)

***Quer reduzir o stress? Medite**

Pesquisas mostram que a prática reduz a descarga de hormônios como o cortisol e, de quebra, turbinava a imunidade

A redução do stress talvez seja o benefício mais perceptível da meditação. Não à toa, o médico americano Jon Kabat-Zinn, um dos responsáveis por popularizar a prática no Ocidente, criou um programa de mindfulness especialmente voltado para enfrentar o stress, chamado de Redução do Stress Baseada em Mindfulness (ou MBSR na sigla em inglês), que consiste em oito semanas de prática. Desde sua criação, já foram feitos mais de 370 estudos sobre sua eficácia. Um dos mais abrangentes analisou o impacto do programa em 93 indivíduos diagnosticados com transtorno de ansiedade, um problema que atinge um terço da população mundial segundo a OMS. Cientistas do Hospital Geral de Massachusetts, nos EUA, descobriram que a técnica reduziu drasticamente os índices de stress e a sensação de desespero frente a problemas.

Uma das razões do bom resultado pode estar no poder da meditação em reduzir os níveis de cortisol, o hormônio do stress. Uma pesquisa feita pelo Hospital Israelita Albert Einstein, a Unifesp e o Instituto Appana Mind revelou que 1h15min de ioga e meditação três vezes por semana, ao longo de dois meses, reduziu pela metade os níveis de cortisol de uma turma em que a ansiedade atingia níveis alarmantes, os cuidadores de doentes com Alzheimer

Viver mais tranquilo é ótimo. Mas diminuir o stress tem outro papel importante no organismo: controlar problemas cardiovasculares, diabetes, obesidade, depressão e Alzheimer, doenças crônicas que estão no topo das causas de morte no mundo.

O cortisol funciona como um alarme. Em situações de risco, ele informa ao organismo que é hora de se preparar para uma emergência. As células dão prioridade para o gasto imediato de energia, que vai nos ajudar a, por exemplo, sair correndo diante de uma situação de vida ou morte. Mas esse sistema foi aperfeiçoado milênios atrás, quando os problemas humanos estavam ligados à natureza selvagem - animais ferozes e fome. Os nossos ancestrais que sobreviveram tinham altos níveis de cortisol e adrenalina no sangue porque as ameaças estavam presentes o tempo todo. Graças a esses hormônios, os músculos ficavam bem abastecidos para que nossos antepassados pudessem partir em disparada na hora certa. A emergência era a prioridade. Com cortisol no sangue, o corpo distribui menos energia para a manutenção celular ou para o sistema imunológico, que deixa de combater uma infecção boba. Essas duas atividades não matam ninguém num único dia - como o leão. Mas podem ser fatais no médio e longo prazo.

***Trechos da reportagem *Saúde*, da Revista Superinteressante - [Leia na íntegra a matéria](#)**